



FAMI



AVISO PARA A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Nº : 26/FAMI/2017

Fundo: FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

Objetivo Específico: 2 – Integração e Migração Legal

Objetivo Nacional: 3 - Capacidade

Portaria: nº 407/2015, de 24 de novembro

1. Âmbito

O presente Aviso é efetuado nos termos do artigo 1.º e seguintes da portaria supra citada, no âmbito do Objetivo Nacional – “Capacidade”, do FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, previstos na legislação comunitária e nacional aplicável e em vigor, e nos respetivos documentos programáticos aprovados, disponíveis para consulta em <http://www.acm.gov.pt/-/fundo-para-o-asilo-a-migracao-e-a-integracao-fami-> e em <http://www.sg.mai.gov.pt/Paginas/default.aspx>.

2. Prazo para apresentação de candidaturas

O período para a apresentação de candidaturas a que respeita o Aviso inicia-se no dia da publicação, 6 de março de 2017 e decorre até às 18h00m do dia 5 de abril de 2017.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprove a submissão do correspondente formulário ao sistema de informação e gestão do QFP 2014-2020.

3. Apresentação da candidatura

As candidaturas são apresentadas, através da submissão de formulário eletrónico, na plataforma SI GFC, sistema integrado de informação e gestão do QFP 2014-2020, disponibilizada em <https://www.sigfc.sg.mai.gov.pt> doravante designada por SI GFC.

Previamente à apresentação de candidaturas, as entidades devem efetuar o seu registo e autenticação no SI GFC, conforme o disposto no Manual de Preenchimento da Candidatura, disponível na página inicial da aplicação informática para o

carregamento da mesma, em <https://www.sigfc.sg.mai.gov.pt>.

As candidaturas deverão ser apresentadas em conformidade com o previsto na Portaria n.º 407/2015, de 24 de novembro, conjugado com as indicações expressas no presente Anúncio e no Manual de Procedimentos do Beneficiário do QFP 2014-2020, também disponível no sítio indicado.

Para o efeito, deverão ser preenchidos os indicadores afetos ao presente aviso, constantes no formulário de candidatura no SIGFC e identificados no Anexo I deste Aviso.

Após submissão da candidatura, será enviada uma mensagem eletrónica de confirmação da sua receção pelo ACM, IP – Alto Comissariado para as Migrações, e respetivo Termo de Responsabilidade, que deverá ser devidamente preenchido e assinado pela entidade candidata ao pedido de financiamento, por quem tenha competência para a prática do ato, e ser enviado no prazo de 5 dias úteis a contar da data de submissão da candidatura.

Os pedidos de informação devem ser dirigidos para o endereço: fundos.comunitarios@acm.gov.pt, podendo ainda ser obtidos através do número 21 810 61 00.

As candidaturas não podem apresentar um investimento total elegível superior de 60.000,00€ (sessenta mil euros) por estudo, tendo por referência as aplicações práticas habituais dos custos para os estudos enquadráveis neste aviso e de acordo com a metodologia adequada ao financiamento solicitado.

4. Dotação Financeira do Fundo

No âmbito do presente Aviso, encontra-se afeta a dotação de Fundo de 340.000,00€ (trezentos e quarenta mil euros).

5. Taxa de cofinanciamento

A taxa máxima de cofinanciamento para as candidaturas apoiadas pelo presente Aviso é de 75% do custo total elegível de cada projeto aprovado, sendo o restante custo do projeto assegurado pela entidade beneficiária, diretamente ou através de financiamento de outras entidades.

6. Duração da Candidatura

Os projetos candidatos no âmbito deste aviso não poderão ter um período de execução superior a 24 meses.

7. Objetivos e prioridades

As candidaturas a financiar no âmbito do presente Aviso devem promover o cumprimento dos objetivos definidos pelo Fundo, designadamente:

- Objetivo Específico 2 – Integração e Migração Legal
- Objetivo Nacional 3 - Capacidade

Com a seguinte prioridade:

Assegurar o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório e das dinâmicas de acolhimento e de integração de imigrantes e de requerentes de asilo, através do apoio ao estudo e à investigação acerca de nacionais de países terceiros em Portugal e de áreas e projetos com relevância para as políticas públicas e os decisores políticos.

Espera-se que os estudos forneçam recomendações para a política pública de integração de migrantes, em particular de NPT (Nacionais de Países Terceiros) residentes em Portugal e de requerentes de asilo, embebidos do mote do Observatório das Migrações* de “conhecer mais para agir melhor”, estando prevista a possibilidade dos estudos serem publicados nas linhas editoriais desse Observatório.

*O Observatório das Migrações (mais em www.om.acm.gov.pt) tem apoiado, desde a sua criação em 2002, a elaboração e publicação de estudos desenvolvidos por diferentes centros de estudos e de investigação, em torno da temática das migrações, pelo que se pretende aproveitar o *know-how* desse Observatório na disseminação dos estudos que venham a ser apoiados no âmbito desta Ação.

Concluídos, os estudos deverão ser enviados ao ACM, IP (OM) em formato de word. Os beneficiários desta ação deverão ainda disponibilizar-se para participar numa sessão pública de apresentação e discussão dos resultados dos estudos e lançamento das respetivas publicações, a promover pelo ACM, IP, enquanto AD, em estreita articulação com os autores. O ACM, IP garantirá ainda a disseminação dos estudos em acesso aberto também em formato digital através da internet (no sítio do Observatório das Migrações), sem restrições e sem custos.

8. Ações elegíveis

Para efeitos de financiamento, neste Aviso os projetos deverão enquadrar-se na seguinte tipologia de ação prevista no Programa Nacional:

“ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÕES E A INTEGRAÇÃO DE NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS EM PORTUGAL”

e que corresponde a diferentes temas prioritários de investigação dos estudos a desenvolver com relevância para as políticas públicas e os decisores políticos, numa lógica de conhecer mais para agir melhor:

1. Cenários migratórios e projeções demográficas
2. Acolhimento e integração de refugiados
3. Novos perfis imigratórios em Portugal (e.g. refugiados, estudantes internacionais, reformados, menores desacompanhados, mulheres)
4. Urbanismo, gestão do espaço público e imigração
5. Relação entre mercado de trabalho e políticas imigratórias
6. Imigrações e respostas de integração dos contextos locais
7. Migrações, ativismo e o papel da sociedade civil
8. Relação entre internet e redes sociais, e a disseminação de estereótipos acerca de imigrantes e expressões de racismo

Atente-se que os temas elencados em cima não pretendem ser os títulos dos estudos a propor, mas as áreas temáticas gerais onde os estudos se podem enquadrar, podendo centrar-se nesses temas a partir de problemáticas mais específicas ou grupo-alvo particulares. Assim, para cada área temática podem ser sinalizados temas de investigação mais específicos no âmbito da respetiva tipologia enquadradora.

9. Tipo de Entidades Beneficiárias

Os beneficiários desta Ação são todas as entidades que se enquadrem no artigo 2º da portaria n.º 407/2015 (regulamentação nacional), de 24 de novembro de 2015, nomeadamente universidades, centros de investigação, entidades públicas e privadas sem fins lucrativos com intervenção no desenvolvimento dos objetivos do Fundo e da ação, com experiência e competência demonstradas na realização de estudos e na monitorização de políticas públicas de integração.

10. Parcerias

As entidades candidatas a financiamento poderão estabelecer parcerias com dois tipos de parceiros:

- a) Parceiros financeiros – entidades públicas ou privadas que contribuem para o projeto através de apoios financeiros;
- b) Parceiros não financeiros – entidades públicas ou privadas que contribuem para o projeto através de apoios não financeiros.

11. Condições de admissão e aceitação das entidades candidatas

Nos termos do nº 1 do artigo 10.º da portaria n.º 407/2015, de 24 de novembro, só são analisadas candidaturas de beneficiários que cumulativamente:

- a) Estejam legalmente constituídos e cumpram as condições legais necessárias ao exercício da sua atividade;
- b) Tenham a sua situação contributiva regularizada perante a administração fiscal e perante a segurança social;
- c) Possuam, ou possam assegurar, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento do projeto;
- d) Não tenham dívidas ao Fundo;
- e) Tenham a sua situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos do Programa SOLID;
- f) Não estejam inibidas de concorrer nos termos da alínea b) e i) do artigo 35.º da portaria n.º 407/2015, de 24 de novembro;
- g) Disponham de contabilidade organizada de acordo com o plano de contabilidade aplicável;
- h) Demonstrem capacidade de financiamento do projeto;
- i) Demonstrem que as entidades parceiras verificam o disposto nas alíneas anteriores.

12. Condições de admissão e aceitação das candidaturas

1. Nos termos do nº 2 do artigo 10.º da portaria n.º 407/2015, de 24 de novembro, constituem requisitos gerais de admissão das candidaturas:

- a) O enquadramento da candidatura nos objetivos e ações previstas na legislação comunitária referente ao Fundo;
- b) A apresentação de projeto técnico de engenharia/arquitetura aprovado nos termos legais, sempre que aplicável;
- c) O cumprimento da legislação nacional e comunitária, em matéria de igualdade de oportunidades, informação e publicidade;
- d) O cumprimento das disposições legais nacionais e comunitárias, nos procedimentos de contratação pública;
- e) A certificação, nos termos legais, do titular do pedido, ou das entidades a que recorra, para efeitos de execução de atividades de formação;
- f) A comprovação de como será assegurada a contrapartida nacional, quando aplicável.

2. No âmbito do presente Aviso, só será admitida uma candidatura por entidade a cada tema prioritário. Cada candidatura de estudos deverá contemplar apenas uma das

tipologias temáticas (e elencadas no ponto 8 deste aviso), não sendo admitidas candidaturas múltiplas às várias tipologias temáticas.

13. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura

A comunicação da admissão e aceitação da candidatura será efetuada ao beneficiário até trinta dias úteis contados do final do período fixado no ponto 2 do presente Aviso.

14. Critérios de seleção e metodologia de apuramento do mérito

As candidaturas admitidas/aceites serão objeto de uma avaliação de mérito em função dos seguintes os critérios de seleção, de acordo com o nº 2 do artigo 13º da portaria n.º 407/2015, de 24 de novembro.

Para apuramento do mérito das candidaturas dos estudos as mesmas deverão ser enviadas à AD-ACM num documento único e consolidado como anexo à candidatura (em formato PDF).

A avaliação das candidaturas é efetuada pela AD-ACM e um painel de avaliadores independentes nacionais de reconhecido mérito e idoneidade (adiante designado por Júri) da rede do Observatório das Migrações. O Júri reunirá durante um dia de trabalho para apreciar todas as candidaturas e hierarquizá-las de acordo com a valoração obtida. No caso de um dos avaliadores participar de um projeto candidato a esta ação e/ou estar filiado na instituição proponente ou participante de um projeto, não poderá avaliar o(s) projeto(s) em causa. Cada candidatura deve ser alvo de uma avaliação de, no mínimo, cinco elementos do Júri. Em caso de empate quanto à valoração de candidatura, o presidente do Júri tem voto de desempate.

Fazem parte do Júri de análise e seleção das candidaturas:

1. Catarina Reis Oliveira, Diretora do Observatório das Migrações, ACM, IP (Presidente)
2. João Peixoto, SOCIUS (Vogal)
3. Alina Esteves, CEG/IGOT (Vogal)
4. José Carlos Marques, CICS.NOVA (Vogal)
5. Joana Azevedo, CIES-ISCTE (Vogal)
6. Ana Paula Beja Horta, CEMRI-Universidade Aberta (Vogal)
7. Pedro Góis, CES (Vogal)

Concluída a análise, as candidaturas são hierarquizadas de acordo com a valoração obtida e em função da dotação financeira disponível. O Júri irá selecionar e hierarquizar as candidaturas a financiar em função dos critérios de seleção e avaliação previstos neste anúncio, podendo (de forma devidamente justificada) recomendar a candidaturas selecionadas, eventuais modificações ao programa de trabalhos e ao orçamento proposto.

Critérios de Seleção - Peso do Critério (%)

1. Grau de Contributo para os indicadores específicos do Programa Nacional (em anexo I) – 10%
2. Grau de sustentabilidade do projeto – 5%
3. Grau de complementaridade com outros projetos cofinanciados – 5%
4. Mérito científico e caráter inovador do projeto – 15%
5. Coerência dos objetivos do estudo face ao enquadramento apresentado e ao tema a que se candidata, com justificação clara da pertinência do estudo – 10%
6. Adequação e clareza da discussão teórica e dos conceitos base para o estudo, com bibliografia de referência pertinente – 10%
7. Metodologia do estudo exequível e clara - 15%
8. Coerência das etapas de investigação planeadas, exequibilidade do programa de trabalhos e cronograma – 10%
9. Relação Custo-benefício do estudo e razoabilidade orçamental – 10%
10. Mérito científico da equipa de investigação do projeto – 10%

14.1. Critérios de Seleção/Parâmetros de Avaliação/Coefficientes de Ponderação (Peso)

Os parâmetros de avaliação e os coeficientes de ponderação, a considerar nos critérios de seleção são:

Critérios de Avaliação – Pontuação - Peso do Critério (PC)

1. Grau de Contributo para os indicadores específicos do Programa Nacional (em anexo I) – 10%

- O projeto contribui para a concretização de todos os indicadores associados ao objetivo específico pertinente do FAMI - 5 (Elevada)
- O projeto contribui para a concretização de um indicador associado ao objetivo específico pertinente do FAMI - 3 (Média)
- O projeto não contribui para a concretização dos indicadores associados ao objetivo específico pertinente do FAMI - 1 (Reduzida)

2. Grau de sustentabilidade do projeto - 5%

- Existem condições para a continuidade do projeto sem o apoio do Fundo - 5 (Elevada)
- Existem benefícios das ações sustentáveis pelo projeto para a sua continuidade - 3 (Média)
- Não existem garantias de sustentabilidade - 1 (Reduzida)

3. Grau de complementaridade com outros projetos cofinanciados - 5%

- O projeto a implementar complementa uma ação ou outro projeto cofinanciado no âmbito do fundo - 5 (Elevada)
- O projeto a implementar complementa uma ação ou outro projeto cofinanciado por outro instrumento de financiamento, nacional e comunitário - 3 (Média)
- O projeto a implementar não complementa outras ações ou outros projetos

cofinanciados por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários – 1 (Reduzida)

4. Mérito científico e caráter inovador do projeto – 15%

- O estudo proposto é inovador por promover a monitorização de temas não prosseguida anteriormente, assumindo-se como relevante atendendo aos resultados inéditos esperados e ao seu contributo para a avaliação e para recomendações para política pública de integração de imigrantes e requerentes de asilo, e original atendendo ao estado da arte na tipologia a que se candidata e a trabalhos anteriormente desenvolvidos pela equipa proponente - 5 (Elevada)
- O estudo é essencialmente de aprofundamento ou desenvolvimento de temas já anteriormente estudados em Portugal, nomeadamente pelo Observatório das Migrações ou através de outros cofinanciamentos comunitários - 3 (Média)
- O projeto de estudo caracteriza-se essencialmente pela continuidade de estudos já promovidos anteriormente, nomeadamente pelo Observatório das Migrações ou através de outros cofinanciamentos comunitários – 1 (Reduzida)

5. Coerência dos objetivos do estudo face ao enquadramento apresentado e ao tema a que se candidata, com justificação clara da pertinência do estudo – 10%

- É demonstrada claramente a pertinência e coerência do estudo, enquadrando-se os objetivos do estudo como adequados à monitorização que se pretende produzir, revelando total especificidade em relação ao tema: são mensuráveis, atingíveis, realistas e temporizáveis - 5 (Elevada)
- O estudo proposto revela-se suficientemente justificado mas com dificuldade na apresentação da pertinência e coerência devido a algumas lacunas, sendo os objetivos do projeto apenas parcialmente adequados à monitorização que se pretendem produzir, revelando alguma especificidade em relação ao tema em estudo: pouco mensuráveis, atingíveis, realistas e temporizáveis - 3 (Média)
- A pertinência do estudo não está clara nem é justificada, e os objetivos do projeto não são adequados à monitorização que se pretende produzir, não revelando especificidade em relação ao tema em estudo: pouco/nada mensuráveis, atingíveis, realistas e temporizáveis - 1 (Reduzida)

6. Adequação e clareza da discussão teórica e dos conceitos base para o estudo, com bibliografia de referência pertinente – 10%

- A entidade clarifica exaustivamente os conceitos base para o estudo e identifica de forma clara e exaustiva o estado da arte da bibliografia de referência nacional e internacional acerca do tema do estudo, posicionando-se de que forma o estudo irá ser relevante para ir para além do conhecimento existente acerca do tema - 5 (Elevada)
- A entidade identifica de forma pouco clara ou apenas sumária os conceitos base do estudo e o estado da arte da bibliografia de referência nacional e internacional acerca do tema do estudo, não identificando como o estudo proposto irá permitir aprofundar ou desenvolver o tema - 3 (Média)
- A entidade não identifica nem os conceitos base do estudo, nem o estado da arte da bibliografia de referência acerca do tema do estudo - 1 (Reduzido)

7. Metodologia do estudo exequível e clara - 15%

- A metodologia proposta é clara, exequível e exaustiva, nomeadamente quanto aos métodos de recolha e análise de dados previstos para o estudo, às fontes (primárias e/ou secundárias) que serão recolhidas ou mobilizadas, e explicita se se tratará de um estudo intensivo ou extensivo e, nesse caso, qual o universo que será inquirido, bem como os critérios de seleção dos inquiridos, e a unidade territorial a que se aplicará o estudo. A metodologia contribui de forma clara e direta para a concretização dos objetivos do estudo - 5 (Elevada)
- A metodologia proposta não é exaustiva, contribuindo de forma pouco clara e/ou pouco direta para a concretização dos objetivos do estudo – 3 (Média)
- A metodologia proposta não contribui para a concretização dos objetivos do estudo - 1 (Reduzida)

8. Coerência das etapas de investigação planeadas, exequibilidade do programa de trabalhos e cronograma – 10%

- O projeto é claro, exequível e coerente quanto às etapas de investigação planeadas para alcançar os objetivos previstos do estudo, nomeadamente atendendo à duração e encadeamento do programa de trabalhos, e dimensão da equipa - 5 (Elevada)
- O projeto não é claro e/ou há dúvidas quanto à exequibilidade das etapas de investigação planeadas para alcançar os objetivos previstos do estudo – 3 (Média)
- O projeto não caracteriza as etapas de investigação planeadas para alcançar os objetivos previstos do estudo – 1 (Reduzida)

9. Relação Custo-benefício do estudo e razoabilidade orçamental – 10%

- O orçamento apresentado é equilibrado e devidamente sustentado face aos objetivos propostos para o projeto e à metodologia a adotar no estudo, não indo além do custo máximo de referência definido para o tipo de ações a que a entidade se candidata – 5 (Elevada)
- O orçamento apresentado é razoável face aos objetivos propostos para o projeto e à metodologia a adotar no estudo, com necessidade de algumas correções, não indo além do custo máximo de referência definido para o tipo de ações a que a entidade se candidata – 3 (Média)
- O orçamento apresentado é desproporcionado e/ou com recursos insuficientes face aos objetivos propostos para o projeto e à metodologia a adotar no estudo, não indo além do custo máximo de referência definido para o tipo de ações a que a entidade se candidata – 1 (Reduzida)

10. Mérito científico da equipa de investigação do projeto – 10%

- A equipa titular da candidatura demonstra claramente as suas competências e experiência científica no desenvolvimento de estudos de monitorização da integração de NPT ou requerentes de asilo em Portugal (experiência em outros projetos de investigação no tema e produtividade científica da equipa, medida nomeadamente em publicações) - 5 (Elevada)

- A equipa titular da candidatura justifica suficientemente as suas competências e experiência científica no desenvolvimento de estudos de monitorização da integração de NPT ou requerentes de asilo em Portugal – 3 (Média)
- A equipa titular da candidatura não justifica as suas competências e experiência científica no desenvolvimento de estudos de monitorização da integração de NPT ou requerentes de asilo em Portugal - 1 (Reduzida)

14.2. Classificação a atribuir a cada critério de seleção

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo a pontuação final do Mérito da candidatura estabelecida com relevância até às duas casas decimais.

14.3. Classificação Final

O mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de números inteiros, de 1 a 5 (1,3,5) pontos, em que 5 representa uma valoração Elevada, 3 uma valoração Média e 1 uma valoração Reduzida.

A Classificação Final (CF) de cada operação é estabelecida por agregação das Classificações dos Critérios (C), através da seguinte fórmula:

$$CF = Pa \cdot Ca + Pb \cdot Cb + Pc \cdot Cc + Pd \cdot Cd + \dots + Ch \cdot Ph$$

Em que:

- Pa... Ph = Peso do Critério
- Ca... Ch = Classificação do Critério

14.4. Mínimo de mérito

Para efeitos de seleção, só são objeto de hierarquização, as candidaturas que obtenham uma pontuação final superior a 3.

14.5. Hierarquização das candidaturas

As candidaturas serão ordenadas por ordem decrescente da pontuação final, sendo selecionadas as primeiras classificadas que se situarem dentro dos limites financeiros fixados no ponto 4.

Em caso de pontuação final igual, as propostas serão hierarquizadas pela aplicação sucessiva dos seguintes critérios até ao seu desempate:

- 1º Pontuação obtida no critério relativo ao contributo para os indicadores específicos do Programa Nacional;
- 2º Pontuação obtida no critério relativo ao grau de sustentabilidade do projeto;
- 3º Pontuação obtida no critério relativo ao grau de complementaridade com outros projetos cofinanciados.

15. Despesas Elegíveis

1. Os projetos devem reunir os requisitos de elegibilidade exigidos no artigo 16.º da portaria nº 407/2015, de 24 de novembro. Consideram-se despesas elegíveis de um projeto, aquelas que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Serem suscetíveis de financiamento nos termos da legislação europeia e nacional relativa ao FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração;
- b) Serem efetivamente incorridas e pagas pelos beneficiários na execução das ações que integram a candidatura aprovada, comprovadas por documento válido, designadamente, recibo ou outro documento contabilístico com valor probatório equivalente, fiscalmente aceite;
- c) Serem realizadas dentro do período de elegibilidade da candidatura;
- d) Cumpram com os princípios da economia, eficiência e eficácia e da relação custo/benefício.
- e) Deverão ser previstas despesas de alojamento, alimentação e deslocação para sessões de formação e realização de um eventual encontro que o ACM, I.P. promoverá para troca de experiências.

2. São elegíveis as despesas, por natureza, a seguir identificadas, nas condições e limites máximos fixados no Guia do beneficiário e respetivos anexos, disponível no site www.sg.mai.gov.pt, sempre que aplicável às correspondentes categorias de despesas:

- Encargos com o pessoal do beneficiário afeto à investigação/estudo, e respetivos encargos obrigatórios, quando aplicável, totalmente ou parcialmente devidamente justificado;
- Encargos com alimentação, alojamento e transporte do pessoal do beneficiário, incluindo as ajudas de custos, quando a elas houver lugar no projeto.
- Encargos com aquisição de serviços especializados relacionados diretamente com o desenvolvimento e acompanhamento da investigação/estudo;
- Encargos com a produção de conteúdos técnicos especializados para a da investigação/estudo;
- Encargos com elaboração de diagnósticos essenciais para o desenvolvimento do estudo;

16. Despesas não Elegíveis

Não são elegíveis a no âmbito do QFP 2014-2020 as seguintes despesas:

- a) Juros devedores;
- b) IVA, exceto no caso de este não ser reembolsável nos termos da legislação nacional em matéria de IVA;
- c) Remuneração do capital, dívidas e encargos da dívida, juros devedores, comissões e perdas cambiais, provisões para perdas ou eventuais dívidas futuras, juros devidos, dívidas de cobrança duvidosa, multas, sanções financeiras, despesas com processos judiciais e despesas excessivas ou mal programadas;
- d) Despesa de representação para uso exclusivo do pessoal do projeto;
- e) Custos declarados pelo beneficiário e abrangidos por outro projeto ou programa de

trabalho que receba uma subvenção comunitária;

f) Compra de terrenos;

g) Aquisição de terrenos edificados, quando o terreno for necessário à execução do projeto, por um montante superior a 10% do total das despesas elegíveis do projeto em causa;

h) Despesa de pessoal relativa a funcionários que contribuem para a execução do projeto exclusivamente através da realização de tarefas integradas na sua rotina habitual;

i) Encargos não obrigatórios, com o pessoal afeto ao projeto, nos termos da sua relação laboral com a entidade empregadora.

j) Prestações cuja causa determinante não seja a prestação da atividade pelo trabalhador não integram os encargos com retribuição/remuneração base do pessoal afeto diretamente ao projeto, como os descontos facultativos, todos os prémios de seguros de doença ou de acidentes pessoais, de seguros de vida e complementos de reforma e planos de poupança-reforma e as quotas sindicais; compensações pela caducidade do contrato de trabalho ou indemnizações por cessação do contrato de trabalho de pessoal afeto ao projeto, bem como as entregas relativas ao Fundo de compensação do trabalho - FCT, Fundo de garantia de compensação do trabalho-FGCT ou Mecanismo equivalente); Subsídio de licença de doença não suportado pelo beneficiário final como entidade patronal (regime de segurança social); Compensação por licença de maternidade não suportada pelo beneficiário final (regime de segurança social): Abono de família pré-natal, Abono de família para crianças e jovens, isenção de horário, secretariado de direção e abono para falha, outros custos específicos.

k) Presentes ou similares;

l) Contribuições em espécie;

m) Aquisições ou reparações de imóveis;

n) Aquisições de veículos de transporte.

o) Recursos tecnológicos

17. Modo de financiamento

O financiamento das despesas elegíveis efetivamente incorridas e pagas é efetuado de acordo com o artigo 19º da Portaria nº 407/2015, de 24 de novembro:

a) Pré-financiamento de 20% do montante financiado pelo Fundo, após a comunicação à Autoridade Responsável da data de início de execução do projeto;

b) O reembolso das despesas realizadas e pagas, mais o pré-financiamento referido na alínea anterior, não pode ultrapassar os 95%;

c) O restante valor de 5%, após aprovação do saldo.

18. Período de elegibilidade das despesas

São elegíveis a cofinanciamento as ações desenvolvidas e executadas no período entre 1 de março de 2017 e 28 de fevereiro de 2019.

19. Esclarecimentos complementares

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P. responsável pela análise poderá requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos, tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para a decisão da candidatura.

20. Calendário da análise e decisão

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos neste Aviso.

A comunicação da decisão relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites, após a análise técnica e parecer emitido, é proferida, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do Aviso.

O mencionado prazo suspende-se quando estejam solicitados à entidade candidata quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que deve ocorrer uma só vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significa desistência de candidatura.

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pela entidade candidata confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização dos projetos no âmbito do respetivo Fundo, de acordo com o artigo 19º da portaria n.º 407/2015, de 24 de novembro.

21. Regras de Informação e comunicação sobre o financiamento dos projetos

Todas as ações, documentos, bens móveis e imóveis cofinanciados pelo projeto devem apresentar obrigatoriamente os logotipos da União Europeia e os restantes aplicáveis, de acordo com o respetivo manual de normas gráficas, publicado no portal da SGMAI e no sítio do ACM, IP.

22. Divulgação dos resultados

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das candidaturas e os montantes de financiamento atribuído, são objeto de divulgação pública no sítio <http://www.acm.gov.pt> do QFP 2014-2020 – FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e no sítio <https://www.sigfc.sg.mai.gov.pt> do QFP 2014-2020 – FAMI.

23. Condições de Alteração da Candidatura

As alterações à candidatura carecem da apresentação de pedido de alteração nos termos do disposto na portaria 407/2015, de 24 de Novembro 2014 artigo 27º, através da submissão eletrónica em formulário próprio disponibilizado para o efeito no SI GFC, nos termos do disposto com o artigo 27º da portaria nº 407/2015, de 24 de novembro.

Apenas é permitido a apresentação de um pedido de alteração, salvo situações excepcionais devidamente fundamentadas e autorizadas pela Autoridade Responsável.

24. Obrigações dos beneficiários

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura os beneficiários ficam obrigados a:

- a) Executar a candidatura nos termos e condições aprovadas, tendo de apresentar um relatório técnico intermédio e um relatório técnico final (entregue em formato *Word* à AD-ACM, IP), já com recomendações para políticas públicas sobre migrações (conforme requerido no objetivo específico do programa nacional do fundo), para apreciação e possível publicação nas linhas editoriais do OM;
- b) Facultar o acesso aos locais de realização dos projetos e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da candidatura;
- c) Constituir e manter permanentemente atualizado e disponível na sua sede durante um período de cinco anos posteriores ao encerramento parcial ou total do Fundo, um *dossier* técnico-financeiro do projeto, bem como entregar/enviar cópia dos documentos que o integrem, sempre que solicitados;
- d) Respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (cofinanciamento) do FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias, bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade Responsável em vigor à data da sua aprovação;
- e) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- f) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura da convenção de subvenção, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- g) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- h) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação da candidatura e participar em processos de inquirição relacionados com a mesma;
- i) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

Às entidades beneficiárias assistem ainda as demais obrigações estabelecidas nas

disposições legais e regulamentares, comunitárias e nacionais aplicáveis.

25. Documentos a anexar à candidatura

Com a submissão eletrónica da candidatura deverão ser anexados os seguintes documentos

- Cartão de pessoa coletiva;
- Declaração comprovativa de situação regularizada perante a Administração Fiscal ou documento de autorização para consulta *online* da declaração;
- Declaração comprovativa de situação regularizada à Segurança Social ou documento de autorização para consulta *online* da declaração;
- Estatutos da organização;
- Todos os documentos que sejam por lei obrigatórios para a execução de determinadas atividades;
- Declaração relativa à existência de um sistema de contabilidade organizada.

É ainda, no âmbito do presente Aviso, requerido que seja remetido à AD-ACM, IP o projeto completo com as suas diferentes dimensões para apreciação (e.g., mérito científico do projeto, objetivos do estudo, discussão teórica e bibliografia de referência, metodologia, programa de trabalhos e cronograma, orçamento detalhado e explicado por itens de despesa, apresentação da equipa de investigação do projeto) num documento único e consolidado de anexo à candidatura (em formato PDF).

26. Meios de divulgação e informação complementar

Ao presente Aviso aplica-se de forma subsidiária a demais informação relevante, nomeadamente, a legislação comunitária e nacional aplicável, bem como toda a documentação programática respetiva e ainda o Manual de Procedimentos, que se encontram disponíveis em www.acm.gov.pt e em <https://www.sg.mai.gov.pt>.

27. Contactos

Morada: Rua Álvaro Coutinho nº 14, 1150-025 Lisboa

Telefone: 21 810 61 00

E-mail: fundos.comunitarios@acm.gov.pt

Alto Comissariado para as Migrações

6 de março de 2017

Anexo I

Os projetos devem contribuir para o cumprimento das metas do Fundo-FAMI através das metas dos indicadores comuns do Objetivo específico/Fundo e de realização física associados às prioridades/objetivo nacional/tipologias de projeto/ações previstas no Programa Nacional Aprovado:

•Indicador do Objetivo Comum específico a quantificar:

C5. Projetos apoiados pelo Fundo para desenvolver, acompanhar e avaliar as políticas públicas de integração nos Estados-Membros apoiadas pelo Fundo

Unidade de medida: Número

•Indicadores de realização física:

- Estudos apoiados por este fundo para desenvolver, acompanhar e avaliar as políticas de integração para nacionais de países terceiros (NPT) e requerentes de asilo residentes em Portugal. **Unidade de medida:** Número

- Duração do estudo. **Unidade de Medida:** Dias de trabalho/pessoa mobilizados para a sua realização, incluindo os resultantes das aquisições de serviços para a sua realização.

- Pessoas mobilizadas para a realização do estudo. **Unidade de Medida:** Número

- Pessoas inquiridas no âmbito do estudo, em função do grupo-alvo previsto para o fundo. **Unidade de Medida:** Número

- Estudos realizados em Portugal e países terceiros. **Unidade de Medida:** Número

- Estudos realizados apenas em território nacional. **Unidade de Medida:** Número

- Estudos realizados no âmbito regional ou local. **Unidade de Medida:** Número

- Entidades envolvidas. **Unidade de Medida:** Número

- Valor financeiro do projeto no domínio da integração e migração legal. **Unidade de Medida:** Euro.